

# O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO E A PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM DEBATE NA NEW LEFT REVIEW

**Isabella Oliveira Mendes**

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: bella.om@gmail.com.

---

## Resumo

O debate sobre o trabalho doméstico ganhou força no campo marxista durante a década de 1970, na esteira do ressurgimento dos movimentos organizados de mulheres por direitos no mundo capitalista central. O trabalho que aqui se apresenta revisitou esse debate a partir da exposição e análise da interlocução, em uma sequência de artigos, entre Wally Secombe (1974; 1975) e Coulson et al (1975) nas páginas do periódico britânico *New Left Review* em torno da criação de valor pelo trabalho doméstico não remunerado. Consideram-se as posições defendidas por esses autores como representativas de um contraponto de posições recorrente em diversos momentos do debate sobre trabalho doméstico como um todo. Recorre-se por fim a Miles (1983), Rubin (1993) para compreender, a partir desses exemplos, as limitações dos termos em que foi travado o debate e seus possíveis desdobramentos.

**Palavras-chave:** marxismo, trabalho doméstico, valor, feminismo marxista.

---

## Abstract

The marxist domestic labour debate took place in the 1970s following the rise of the women's liberation movement in central capitalism. The present article revisited this debate through the analysis of the different points of view presented in the sequence of articles by Secombe (1974; 1975) and Coulson et al. published in the british journal *New Left Review* on the creation of value by unpaid domestic labour. The presented standpoints are considered to be representative of recurring oppositions that are identifiable throughout the whole domestic labour debate. Miles (1983), Rubin (1993), are referred to in the analysis as providing a good framework to understand the limits of the terms in which occurred the debate.

**Keywords:** marxism, domestic labour, value, marxist feminism.

## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o trabalho doméstico ganhou força na década de 1970, na esteira do ressurgimento dos movimentos organizados de mulheres por direitos no mundo capitalista avançado. Nesses países, durante o período pós-guerra o afluxo de mulheres casadas<sup>1</sup> ao mercado de trabalho foi rápido e crescente, acirrando e trazendo ao debate público as contradições das relações sociais de sexo inter e intraclasse, no mercado de trabalho e no interior dos lares. O que seria posteriormente chamado de segunda onda do movimento feminista, que havia tomado corpo na década anterior, foi marcado pela organização de mulheres em movimentos feministas, sindicatos, partidos políticos e no movimento estudantil, e tinha entre suas reivindicações centrais aquelas relativas ao mundo do trabalho: a igualdade salarial no mercado de trabalho, a denúncia da sobrecarga das mulheres com a responsabilidade integral pelo trabalho doméstico, o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho e a reivindicação de salários em troca de sua realização, além de pautas como direitos reprodutivos, serviços de saúde direcionados a mulheres, entre outras.

Concomitantemente, as décadas de 1960 e 1970 também foram um período de avanço nas formulações teóricas feministas e diferenciação dos 'feminismos' em correntes de pensamento mais claramente delineadas. Tornaram-se patentes, com o ganho de relevância

<sup>1</sup> Segundo Secombe (1975), a taxa de participação das mulheres solteiras na força de trabalho teria ficado estável ao longo dos primeiros três quartos do séc. XX nos países capitalistas centrais. Até meados do século, essas mulheres trabalhavam fora do lar para viver até o casamento, quando deixavam os empregos. A grande mudança econômica e cultural responsável pela "invasão" das mulheres no mercado de trabalho no pós-guerra foi, portanto, resultado de pressões econômicas e transformações nos padrões culturais dentro e fora dos lares no que se refere às mulheres casadas.

e magnitude do proletariado feminino, os conflitos de interesses em diversos campos de reivindicações como expressões, no interior dos movimentos feminista e operário, de relações sociais antagônicas - entre mulheres feministas, como conflitos de classe e raça, e entre homens e mulheres da classe trabalhadora como conflitos de sexo. Para o marxismo, a força e visibilidade que ganhava a luta das mulheres, tanto em novos quanto em tradicionais espaços de construção política lançaram luz renovada à questão da reprodução da força de trabalho sob o capitalismo.

O trabalho doméstico, especificamente, foi objeto de intenso debate entre marxistas no esforço de compreensão do papel econômico da mulher como trabalhadora doméstica e da família dentro da ordem produtiva capitalista. Havia consenso em torno do fato de que a realização de trabalho doméstico, responsável pela produção de valores de uso de consumo direto dos trabalhadores, era necessária à reprodução da força de trabalho (HIMMELWEIT, 2001). Segundo Himmelweit (2001), a discussão teria se iniciado a partir da reivindicação, por setores do movimento feminista, de salários para o trabalho doméstico. Essa reivindicação teria se baseado no argumento de que o trabalho doméstico seria um trabalho como outro, no sistema capitalista, porque participava da produção da mercadoria força de trabalho. A pauta, polêmica, teria gerado intensos debates em pelo menos duas ordens interrelacionadas: a primeira seria estratégica, a partir da ponderação de que a reivindicação de salários para o trabalho doméstico poderia levar simplesmente à reafirmação do lugar da mulher no lar, re-institucionalizando seu afastamento do espaço público. A segunda ordem, teórica: se de fato as relações de produção de valores de uso dentro do lar seriam de alguma forma comparáveis à produção de mercadorias sob relações de pro-

dução capitalistas. O que estava em questão, para marxistas e para os movimentos operários e de mulheres, era a base material na origem de uma unidade estratégica para as lutas de ambos os movimentos (COULSON et al, p. 60).

Chama a atenção que essa tentativa de compreensão da situação da mulher no sistema capitalista tenha colocado em questão categorias e conceitos basilares do pensamento marxista: os conceitos de trabalho, de valor, a validade do conceito tradicional de modo de produção, a teoria da exploração, entre outros. O presente trabalho tem por objetivo lançar luz sobre os limites que se colocaram às tentativas de compreensão do trabalho doméstico no modo de produção capitalista a partir do marxismo e se concentra em uma interlocução entre artigos publicados no periódico *New Left Review* entre 1974 e 1975, a partir da publicação, por Wally Seccombe, de uma análise do papel econômico da dona de casa no modo capitalista de produção. Seu artigo gerou duas respostas de marxistas feministas - um artigo por Margaret Coulson, Branka Magaš e Hilary Wainwright e um por Jean Gardiner - e uma réplica do primeiro autor, em números seguintes do mesmo periódico<sup>2</sup>. Considera-se que esses textos apresentam um contraponto de duas posições típicas ao longo do todo o debate: uma mais conservadora, que compreende a exploração das mulheres como um capítulo da exploração

2 Essa sequência de artigos foi escolhida para análise pelos seguintes motivos: a) a relevância do periódico dentro do meio marxista, congregando parte significativa da intelectualidade do campo entre seus leitores e colaboradores; b) a disponibilidade de seu arquivo *online*, viabilizando o acesso às publicações em tempo hábil; c) por ter havido a interlocução explícita entre os envolvidos, facilitando a identificação dos principais pontos do debate. A ênfase nesta análise recairá sobre a questão do papel da família e da mulher na produção de valor e na reprodução material do sistema capitalista. Por limitações de espaço, este trabalho se concentrará na interlocução entre Wally Seccombe e Coulson, Magaš e Wainwright, não tratando diretamente da resposta de Jean Gardiner ao artigo de Seccombe, publicada no mesmo número.

do trabalho pelo capital; a outra que se propõe a analisar as relações sociais entre os sexos como uma estrutura independente do capital.

Este trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução: uma expõe os principais argumentos apresentados em cada texto analisado, uma de considerações sobre o debate a partir de referências pertinentes e uma terceira de considerações finais.

## 2. O DEBATE NA NEW LEFT REVIEW

### 2.1 Wally Seccombe: "The housewife and her labour under capitalism"

*New Left Review* n. 83, 1974.

Wally Seccombe se propõe, em seu texto, a compreender o papel econômico da dona de casa (*housewife*) - ou seja, daquela trabalhadora responsável pelo trabalho doméstico no interior dos lares sem vender sua força de trabalho no mercado - a partir do esquema teórico apresentado por Marx em *O Capital* para a economia capitalista. Isso seria possível, segundo o autor, porque em Marx o consumo de meios de subsistência pelo trabalhador e a reprodução da força de trabalho foram considerados partes do mesmo processo (SECCOMBE, 1974, p. 4). O fetiche da forma salário, que em Marx serve para obscurecer a extração de mais-valia do trabalhador pelo capitalista, para Seccombe teria ainda um segundo nível, mais profundo: obscurecer a relação do trabalho doméstico com o capital que se dá durante a reprodução da força de trabalho. Isso só seria possível porque existe, no modo capitalista de produção, uma separação entre a unidade doméstica e a unidade industrial e a dona de casa não mantém relação direta com o capital (SECCOMBE, 1974, p. 7).

O valor da força de trabalho, assim como o de qualquer mercadoria, é correspon-

dente ao tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Habitualmente, considera-se que este, por sua vez, corresponderia ao valor dos bens necessários à subsistência do trabalhador industrial e de sua família, comprados no mercado com seu salário. Seccombe não nega que o valor desses bens componha o valor da força de trabalho. Argumenta, entretanto, que quando se considera que o valor da força de trabalho corresponde apenas ao valor desses bens, parte do tempo de trabalho necessário à reprodução é desconsiderado: o trabalho de processamento desses bens (cozinhar alimentos, lavar roupas, limpeza da casa, etc.), que pode ser realizado tanto pela dona de casa quanto pelo próprio trabalhador, em trabalho adicional ao seu trabalho industrial.

Produz valor todo trabalho que produz mercadoria, seja ela tangível ou não. Para Seccombe, esse trabalho adicional realizado no interior dos lares se cristalizaria na mercadoria força de trabalho a ser vendida no mercado, produzindo, portanto, valor. O fato de esse trabalho ser realizado em espaço privado, ou seja, sem possibilidade de socialização, seria irrelevante: como outros trabalhos realizados fora de relações capitalistas de produção, o fato de ter seu produto vendido em um mercado capitalista abstrairia suas origens e daria a esse trabalho a característica de trabalho humano abstrato<sup>3</sup>. Assim, o trabalho doméstico no capitalismo seria caracterizado por uma dualidade específica: apesar de produzir mercadoria, não tem relação com o capital, portanto, não seria regido pela lei do valor e não poderia produzir mais-valor (SECCOMBE, 1974, p. 9).

Como no caso de outros trabalhado-

3 "In the production of commodities, the specific social character of private labour carried on independently consists in the equality of every kind of that labour by virtue of its being human labour which character, therefore assumes in the product, the form of value(...)" Marx, K. *Capital, I*, p. 79 *apud* Seccombe (1974, p. 9).

res improdutivos, argumenta, seria compatível com o esquema marxiano que o valor do trabalho doméstico fosse correspondente ao tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho da própria dona de casa. Assim, *ao trabalho da dona de casa corresponderia uma parcela do salário do trabalhador homem* ganho sob relações de produção capitalistas. A segunda dimensão do fetiche da forma salário, portanto, seria que o salário, que em geral é interpretado como pagamento por força de trabalho, na realidade seria pagamento pelo trabalho doméstico: a força de trabalho, mercadoria como qualquer outra, nada mais seria do que trabalho passado cristalizado (trabalho doméstico) comprado por seu valor de uso (capacidade de produzir valor). Sendo o trabalho cristalizado na mercadoria força de trabalho, estaria no trabalho doméstico, de fato, a origem da mais-valor; a exclusão da dona de casa das relações salariais diretas é o que permitiria o obscurecimento dessa relação vital entre trabalho reprodutivo e capital, permitindo sua inexistência nos esquemas analíticos que tratam do capital (SECCOMBE, 1974, pp. 12-13).

Uma consequência importante da separação do lar dos meios de produção capitalistas teria sido a desigualdade do desenvolvimento relativo das forças produtivas no lar e na indústria. Estando apartado do capital por estar no espaço privado, todo trabalho realizado na unidade doméstica está fora da regência da lei do valor e, portanto, não teria as condições proporcionadas pela competição capitalista para passar por sucessivas inovações técnicas e organizacionais que trariam ganhos de produtividade no mesmo ritmo daquele trabalho executado sob relações capitalistas de produção. Não tendo relação direta com o capital, não teria havido interesse em seu aumento de produtividade para além da via da introdução de bens de consumo de massa poupadores de

trabalho. Esse fato teria tido algumas consequências importantes para a compreensão da família no capitalismo avançado (SECCOMBE, 1974, pp.17-18):

1. A progressiva erosão da “autonomia e vitalidade da unidade doméstica” com a socialização de todos os tipos de trabalho que pudessem ser aprimorados (a exemplo de parte importante da educação/treinamento da força de trabalho), reduzindo o papel da família na ordem social e esvaziando-a de sentido.
2. Aumento da desigualdade na capacidade técnica entre homens (operários) e mulheres (donas de casa).
3. Progressivo aumento da insuficiência material da unidade doméstica, tornando-a cada vez mais subordinada à formação capitalista.

Sintoma da perda de sentido social da família seriam, segundo o autor, os frequentes diagnósticos de “crise na família” no debate público e o manifesto aumento da insatisfação das donas de casa com sua própria situação. Essa insatisfação, entretanto, ainda não teria encontrado formas viáveis de organização dessas mulheres para a luta social. A separação das esferas pública/privada (masculina/feminina), sendo o mundo público tomado como o mundo das relações reificadas e o privado como mundo das relações pessoais e extra-econômicas, seria atribuído ao mundo privado (às mulheres) o papel de absorver tensões geradas pela vida pública e da luta de classes. O isolamento da dona de casa no lar dificultaria ainda que ela percebesse sua condição de opressão como membro “não trabalhador” da classe trabalhadora. A dependência do salário do único membro da família que vende sua força de trabalho exigiria maior flexibilidade de sua própria capacidade de trabalho, levando frequentemente à

auto-negação e que a ela seja a que faça sacrifícios para assegurar a saúde do trabalhador e a sobrevivência dos filhos (futuros trabalhadores) (SECCOMBE, 1974, p. 19).

Dessa forma, sendo todas as suas relações com o capital mediadas pelo marido, é em sua relação com ele que surgem os conflitos que, na realidade, seriam, segundo o autor, conflitos de classe. Ao reconhecer em seus maridos e nas pessoas do sexo masculino a origem da sua opressão, as mulheres estariam confundindo um conflito com o capital com um conflito pessoal, concentrando erroneamente suas capacidade de organização e luta; para Seccombe, a única saída real para as mulheres seria a libertação do enclausuramento no espaço privado, engajando-se diretamente na produção social e integrando a organização de trabalhadores ao lado dos homens. Isso as colocaria diretamente na arena de disputa política e levaria inclusive a uma divisão mais igualitária do trabalho no interior dos lares (SECCOMBE, 1974, pp. 20-22).

2.2 Margaret Coulson, Branka Magaš e Hilary Wainwright: “The housewife and her labour under capitalism’ – a Critique” *New Left Review* n. 89, 1975.

O artigo publicado por Coulson, Magaš e Wainwright é uma resposta crítica aos pontos aqui expostos do texto de Seccombe. A principal crítica das autoras a Seccombe é de ordem política: o autor teria oferecido ferramentas para o enquadramento teórico do trabalho doméstico na ordem produtiva capitalista sem se aproximar da discussão essencial: a opressão da mulher, sujeito sexuado realizador desse trabalho. Argumentam ainda que seria contraditório que o trabalho doméstico produzisse valor sem estar submetido à lei do valor e, além disso, assinalam que o papel central das mu-

lheres para a dinâmica capitalista contemporânea seria não o seu papel como donas de casa, mas sua dupla função como donas de casa e como trabalhadoras assalariadas (COULSON *et al.*, p. 60).

O erro teria sido identificar a categoria “mulher” à “dona de casa”, tendo sido incapaz de articular as duas esferas do trabalho feminino – doméstico e sob relações capitalistas – coerentemente, identificando que os sujeitos responsáveis pelo trabalho doméstico acumulam, e não substituem, esse trabalho com o trabalho assalariado (COULSON *et al.*, p. 60). Teria sido ainda incapaz de explicar a divisão trabalho entre o sexos mesmo no trabalho assalariado ou por que, mesmo após as mulheres ocuparem postos de trabalho no mercado capitalista, os conflitos sociais de sexo não deixaram de existir, pelo contrário: o acelerado desenvolvimento das forças produtivas no pós-guerra só produziram mais manifestações de revolta nas mulheres - o florescimento do movimento feminista na década de 1960, a disputa por espaço no movimento sindical e a organização de mulheres trabalhadoras em torno de pautas próprias.

Segundo as autoras, nenhuma dessas questões encontra explicação na análise de Secombe justamente em razão de sua proposição central: a caracterização do trabalho doméstico como trabalho criador de valor, colocando a opressão feminina como simplesmente uma camada adicional da exploração capitalista (COULSON *et al.*, p. 60). Elas argumentam que o trabalho doméstico não cria valor pelos seguintes motivos:

1. O produto imediato do trabalho doméstico seriam valores de uso para consumo, e não a mercadoria força de trabalho diretamente (conforme argumenta Secombe) ou qualquer mercadoria direcionada para o mercado (COULSON *et al.*, p. 62).
2. Como a dona de casa não vende sua força de trabalho no mercado, seria inadequada a sua comparação com um trabalhador improdutivo qualquer para argumentar que ela também produz valor.
3. O trabalho doméstico de fato contribuiria para a produção da mercadoria força de trabalho do trabalhador. O que mediaría a relação desse trabalho com o restante do produto social, entretanto, seria o contrato de casamento e não mercado, não podendo as condições privadas de sua produção, portanto, serem abstraídas. Só a troca no mercado, em uma economia capitalista, teria a capacidade de permitir a equivalência entre diversos tipos de trabalho concreto em trabalho abstrato (COULSON *et al.*, p. 63).

Dessa forma, o conceito de ‘trabalho abstrato’ não poderia se aplicar ao trabalho doméstico e ainda “(...) it is this aspect which gives it its *specific privatized character and which provides a material basis for the relative autonomy of women’s oppression from the central axis of capitalist exploitation*”. (COULSON *et al.*, p. 63. Grifos meus). Ou seja: a opressão feminina teria raízes outras que não a exploração capitalista, e suas especificidades só podem ser compreendidas, de acordo com as autoras, fora do arcabouço da teoria do valor trabalho; dessa forma, uma análise estrutural do trabalho doméstico no capitalismo, com alto nível de abstração, conforme propõe Secombe, seria impossível. Em seu lugar, propõem-se a compreender a especificidade do casamento burguês - isto é, do contrato de casamento sob o capitalismo -, a natureza de sua estabilidade (COULSON *et al.*, p. 65) e os impactos da lei do valor sobre a organização do trabalho do-

méstico.

Coulson *et al.* (p. 66) concordam que o desenvolvimento do modo de produção capitalista teria progressivamente esvaziado a família de sentido. Em sociedades pré-capitalistas, a família era uma unidade produtiva e a mulher criadora de excedente produtivo cuja troca seria mediada pelas relações conjugais ou de parentesco. Segundo as autoras, nesse momento o trabalho feminino era tomado como complemento necessário do trabalho masculino, ainda que inferior. O avanço do mercado sobre as diversas relações sociais teria tirado da unidade familiar todo aquele trabalho capaz de gerar excedente, o que teria comprometido o sentido e a estabilidade do contrato de casamento: "the marriage contract, previously based on the solid foundation of material production, has in conjunction with other capitalist relations become 'voluntary' and therefore less stable" (p. 66).

Se não diretamente subordinado a ela, o trabalho doméstico está sujeito a efeitos indiretos da lei do valor. Ao longo da história do modo de produção capitalista as autoras identificam três fatores primordiais de impacto disruptivo da lei do valor sobre a organização do trabalho doméstico: o primeiro e mais evidente seria o suprimento de trabalhadoras para a produção capitalista em momentos de expansão e sua reabsorção nos momentos de desaceleração. Para as mulheres, esse fator teria consequências fundamentais: possibilitar sua independência econômica e o rompimento de seu isolamento no espaço doméstico, levando a sua organização nos movimentos sindical e feminista. Assim, os movimentos de mulheres e o engajamento feminino na luta sindical seriam reflexos dessas tensões geradas pela lei do valor em relações sociais não capitalistas - aquelas mediadas pelo contrato de casamen-

to (COULSON *et al.*, p. 67). Como Seccombe não considera a dupla jornada feminina, esse impacto não está presente em sua análise.

O segundo, único levado em conta na análise de Seccombe seria o surgimento de novas tecnologias no ambiente doméstico, por meio da massificação do consumo de eletrodomésticos. Esse fator teria contribuído para a racionalização do trabalho doméstico e liberado tempo para as trabalhadoras se engajarem no trabalho remunerado e na construção política, favorecendo o florescimento do movimento feminista e a disputa feminina pelo movimento sindical (COULSON *et al.*, p. 67).

O terceiro fator, de crucial importância, teria sido o impacto sobre o escopo e intensidade do trabalho doméstico por meio da socialização de funções tradicionais da dona de casa através de empresas capitalistas ou pelo Estado. Esse fator tem duas consequências importantes: libera mulheres de tarefas no interior dos lares ao mesmo tempo em que demandam mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Essa combinação favorece a apropriação feminina do espaço público e o engajamento político dessa população. A organização feminina em torno de pautas trabalhistas próprias levou a conquistas como, por exemplo, legislação garantindo equiparação salarial com os homens desempenhando a mesma função em diversos países a partir de 1970 (COULSON *et al.*, p. 68).

Coulson *et. al* procuraram demonstrar, em seu texto, que a mera inserção das mulheres no mercado de trabalho é condição necessária, mas não suficiente para que se alcance a emancipação feminina e o fim da divisão sexual do trabalho. Estaria na socialização do trabalho doméstico a chave para o florescimento da luta social por direitos das mulheres e apenas um programa socialista que tenha este entre seus

objetivos seria capaz de libertá-las de sua “escravidão doméstica” e possibilitar uma “coordenação harmoniosa da produção e consumo”. Defendem que a libertação feminina deve ser, portanto, uma pauta estratégica da classe trabalhadora e um pré-requisito para um verdadeiro socialismo (COULSON *et al.*, p. 69)

A análise de Wally Seccombe teria sido, portanto, demasiado simplista ao concluir que o problema da opressão feminina era simples resultado de seu enclausuramento lar. A opressão feminina teria raízes diversas e deve ser compreendida independentemente da opressão de classe, para que a integração analítica e estratégica entre classe e sexo seja feita posteriormente de maneira adequada. Dessa forma, a organização autônoma das mulheres por suas próprias pautas seria pré-condição para o avanço das lutas sociais.

### 2.3 Wally Seccombe: “Domestic Labour: reply to critics”

*New Left Review n. 94, 1975*

O segundo texto de Seccombe é uma réplica às críticas colocadas por Coulson *et al.* ao seu primeiro artigo. Considera positiva a ênfase dada pelas autoras à relação entre a libertação feminina e a revolução socialista e à dupla jornada de trabalho das mulheres. Trata, nesse segundo texto, do principal tema desenvolvido por elas: os impactos diretos da lei do valor sobre o trabalho doméstico.

Na primeira seção do artigo, dedica-se a refutar os argumentos de Coulson *et al.* defendendo que o trabalho doméstico não criaria valor. Apresentam-se aqui as respectivas respostas aos pontos apresentados anteriormente neste trabalho (SECCOMBE, 1975, p. 87):

1. A maior parte dos trabalhos, segundo Seccombe, não criaria mercadorias di-

retamente, mas valores de uso. O importante, entretanto, seria a existência de um mercado de trocas generalizadas no qual se opera a equalização dos tipos de trabalho, ainda que os trabalhos concretos estejam distantes da mercadoria final que é comercializada.

2. A existência de salário não seria critério para se afirmar se um trabalho cria valor. Produtores independentes, não submetidos a relações salariais, criam valor porque comercializam o produto do seu trabalho em um mercado capitalista.
3. A maneira como as trocas de trabalho ocorrem dentro da família seria irrelevante para a constatação de que o trabalho doméstico cria valor. O que permitiria a abstração do trabalho doméstico privado seria a troca da força de trabalho no mercado, relação que ocorre externa e independentemente do contrato de casamento, seja ele formal ou não.

Seccombe defende que a análise da organização doméstica em seus próprios termos, fora da análise do modo capitalista de produção, teria o efeito deletério de dividir a classe trabalhadora e desencadear debates inócuos sobre estratégias de organização feminina. Para ele, a conexão entre o trabalho doméstico feminino e o trabalho assalariado se daria por meio do “fluxo de valor” no interior das famílias, que se iniciaria com a entrada dos bens salário no lar e sairia como força de trabalho renovada para o mercado. A separação entre a unidade doméstica e a indústria, apesar de real, encobriria um “substrato oculto” de conexão entre o trabalho doméstico e o mercado, por meio desse fluxo de valor responsável por equalizá-lo a todos os outros trabalhos da economia (SECCOMBE, 1975, p. 89). Em um mundo no qual o modo

de produção capitalista é predominante, o valor regularia tanto aquele trabalho que está sob domínio direto do capital quanto aquele que não está, não sendo, portanto, contraditório que se considere que o trabalho doméstico produz valor mas não está sujeito à lei do valor: não estando em relação direta com o capital, sua produtividade não seria de interesse para a produção de mais-valia.

A respeito do impacto dos ciclos capitalistas sobre trabalho doméstico, ressalta que seria um equívoco comum que se subestime a importância do caráter sócio-histórico do valor da força de trabalho, o que é significativo para a compreensão da relevância da capacidade adaptativa do trabalho doméstico. O autor entende como elementos disruptivos da ordem doméstica as mudanças na produtividade do trabalho no setor de bens salário e as variações salariais<sup>4</sup>. As qualidades adaptativas da família, por sua vez, seriam a intensidade variável do trabalho doméstico e a possibilidade de a dona de casa vender ou não sua força de trabalho no mercado.

Sendo o valor da força de trabalho sócio-histórico, ao mesmo tempo em que ganhos de produtividade reduzem o valor da força de trabalho, eles também podem significar o aumento da quantidade e qualidade dos bens necessários demandados pela classe trabalhadora, o que poderia compensar a redução no valor da força de trabalho. Caso isso aconteça, o aumento na produtividade do trabalho não significará redução na carga de trabalho da dona de casa. E, ainda, se a classe trabalhadora for incapaz de reter parte dos ganhos de produtividade para si, a dona de casa deverá aumentar a intensidade do seu trabalho para

4 Sobre o último, lembra que além de ser equivalente ao valor da força de trabalho, é também resultado da barganha entre capital e trabalho; a cada ganho de produtividade, é resultado da correlação de forças nessa disputa a parcela desse ganho que ficará com a classe trabalhadora.

manter o padrão de vida da família trabalhadora<sup>5</sup>. É dessa forma que se articulam o papel de trabalhadora doméstica e assalariada da dona de casa: "It is at this point that her capacity to intensify her domestic labour or, alternatively, seek a supplementary wage plays a pivotal role in preserving the working-class living standards and cushioning the squeeze of capital" (SECCOMBE, 1975, p. 91). A decisão entre procurar ou não um trabalho assalariado é interpretada pelo autor como um "trade-off de valor".

A dona de casa só decidiria por entrar no mercado de trabalho se o salário pudesse comprar bens o suficiente para reduzir o tempo de trabalho doméstico necessário para a reprodução da família. Os limites dessa substituição seriam estruturais, dados pelo modo de produção em determinado momento histórico (SECCOMBE, 1975, p. 92)<sup>6</sup>. A decisão de vender a força de trabalho no mercado por parte da dona de casa seria, portanto, nada mais do que mero cálculo econômico; preconceitos e a moral condenatória desse tipo de atitude não seriam capazes de fazer frente ao imperativo econômico, atestando a força do capital na busca por dominar cada vez mais âmbitos da vida social (SECCOMBE, 1975, p. 94).

A disponibilidade à classe trabalhadora de bens e serviços domésticos no mercado

5 Concretamente, isso significaria, por exemplo, cozinhar mais em casa e reduzir o consumo de alimentos processados ou pré-cozidos, lavar roupas em casa em vez de na lavanderia, etc.

6 Seccombe avalia, aceitando as críticas de Coulson et al., que no momento em que escreve a produtividade do trabalho doméstico estaria de fato aumentando, reduzindo o tempo de trabalho necessário à realização de diversas tarefas domésticas de modo que pudessem estar disponíveis para entrar no mercado de trabalho assalariado. Entretanto, esse aumento de produtividade não acompanharia, ainda, o aumento de produtividade da indústria e, em especial do setor de bens salário. Esse aumento da diferença dos níveis de produtividade entre o trabalho doméstico e industrial teria, no pós guerra, sido responsável por compelir as mulheres casadas ao trabalho assalariado.

tanto criaria as pré-condições materiais para a substituição de trabalho doméstico feminino por mercadorias, quanto a necessidade de um segundo salário na família para pagar por elas. O desenvolvimento dessa indústria, portanto, teria um impacto decisivo sobre o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho assalariado (SECCOMBE, 1975, p. 94).

### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE

O debate marxista sobre o trabalho doméstico permaneceu inconcluso (Himmelweit, 2001). Ainda na década de 1960, em um texto que se tornaria referência para o feminismo marxista, Mitchell (1966, p. 16) acusava a intelectualidade marxista do séc. XX de um 'apagamento' da questão feminina do debate teórico e político. Segundo a autora, um dos motivos para esse apagamento teria sido a inadequação das formulações sobre o tema pelos socialistas clássicos, de tom excessivamente economicista e restringindo a análise às instituições da propriedade privada, ou seja, falhando em reconhecer a opressão feminina como uma estrutura de corpo próprio. Quase duas décadas mais tarde, Miles (1983) avalia o debate que havia acontecido na década de 1970, identificando como falta que teria permeado todas as contribuições a relutância em compreender os limites inerentes à análise puramente econômica da situação da mulher – ou seja, o mesmo reducionismo econômico.

Wally Seccombe é feliz ao delimitar, logo nos primeiros parágrafos de seu primeiro texto, que sua proposta se restringe a uma análise da função econômica do trabalho doméstico<sup>7</sup>. Entretanto, na prática, vai além: ao

<sup>7</sup> "Granted that Marx did not explicitly elaborate an analysis of domestic labour, there is nothing in his work, so far as I am aware, that prevents one from doing so. (...) The denial of domestic labour's economic function (the reproduction of labour power) has had detrimental repercussions on other elements

of a Marxist analysis. For instance, the nuclear family unit has never been adequately situated by Marxists within the capitalist social formation and it has often been assessed, quite inadequately, as an entirely superstructural phenomenon" (SECCOMBE, 1975, p. 4).

tentar 'esticar' uma versão esquemática da teoria marxiana para tratar do trabalho doméstico, fornece um modelo analítico complexo que, apesar de ser, nas palavras de Rubin (1993), *ambicioso* ao localizar o trabalho doméstico no coração da dinâmica capitalista compreendendo-o como a origem da mais-valia, reduz a situação de opressão feminina a uma espécie de 'dupla exploração' pelo capital. Isso torna seu esquema incapaz, conforme criticam Coulson *et al.*, de explicar *por que* as responsabilidades pelos tipos de trabalho são divididas tão claramente entre os sexos – por que as pessoas do sexo feminino são submetidas a essa dupla exploração e os trabalhadores homens, de alguma forma, conseguem escapar dela – e chegar a algum caminho que de fato serviria para explicar a situação das *mulheres* – e não de um trabalhador doméstico genérico – na sociedade de classes. Afinal, "(...) explicar a utilidade das mulheres para o capitalismo é uma coisa; afirmar que esta utilidade explica a gênese da opressão da mulher é outra bastante diferente" (RUBIN, 1993, p. 4). Mesmo em seu texto de réplica às críticas, essa questão – a meu ver, a mais essencial – é sumariamente ignorada.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que admite que a dona de casa tem seu trabalho expropriado por um segundo mecanismo de exploração além do que já submete os trabalhadores homens, Seccombe não reconhece as relações entre homens e mulheres como relações sociais conflituosas. Seus textos evocam a imagem de uma família operária surrealmente harmônica, na qual marido e esposa seriam parceiros na luta pela sobrevivência tomando decisões racionais sobre alocação de tempo no mercado de trabalho e na esfera doméstica.

of a Marxist analysis. For instance, the nuclear family unit has never been adequately situated by Marxists within the capitalist social formation and it has often been assessed, quite inadequately, as an entirely superstructural phenomenon" (SECCOMBE, 1975, p. 4).

Admite que divisão do trabalho entre homens e mulheres no interior dos lares se daria devido ao menor valor dos salários femininos no mercado de trabalho e é reconhecidamente desvantajosa pelas mulheres, enclausuradas no lar, absorvendo e gerindo uma série de tensões colocadas pela situação de opressão vivida por toda a família, mas não comenta a funcionalidade desse arranjo para os homens trabalhadores como grupo social.

Os problemas da análise de Seccombe têm implicação política fundamental. Sua descrição do processo econômico em termos de fluxos de valor leva a conclusões questionáveis sobre estratégia política: reduzindo a questão da mulher à questão da exploração capitalista do trabalho doméstico, posiciona-se contra a organização autônoma de mulheres como uma estratégia que dividiria e enfraqueceria a classe trabalhadora. Assim, além de desviar-se da tarefa de *explicar* a maneira específica como se dá a divisão do trabalho entre os sexos, mina a possibilidade de expansão do debate a outras dimensões relevantes às mulheres trabalhadoras.

Coulson *et al.* avançam ao compreender corretamente as consequências políticas negativas da análise de Seccombe e a autonomia da opressão feminina em relação à opressão de classe, sem desconsiderar a funcionalidade da primeira para a segunda. Enfatizam ainda o papel estrutural do contrato burguês de casamento na intermediação entre a mulher reclusa no espaço privado e o restante da vida social (ver Pateman, 1993 e Rubin, 1993). Propõem, além disso, que uma reconstrução histórica da opressão feminina seria essencial para compreendê-la em sua complexidade. Percebendo uma perda da função estrutural da família nuclear na sociedade capitalista<sup>8</sup>, enxergam

8 Diferentemente das sociedades pré-capitalistas, nas quais a família, como unidade produtiva, seria essencial para a reprodução da formação social.

sua progressiva perda de sentido à medida em que se desenvolvem as forças produtivas. Daí, portanto, as condições materiais de libertação das mulheres no capitalismo a partir da socialização do trabalho reprodutivo - seu caráter privado sendo a origem da subordinação das mulheres. Considero, entretanto, essa saída insuficiente: ao relegar o problema à condição de 'herança' de formações sociais pré-capitalistas desviam-se da tarefa de compreender suas raízes e, mais importante, sua dinâmica em nossa sociedade.

Repetem assim problema semelhante ao presente em Seccombe: ao limitar efetivamente a análise da situação da mulher ao momento de realização do trabalho doméstico no lar, suas discordâncias com o primeiro autor se restringem a sua condição - se capitalista ou não, se criador de valor ou não - dentro do sistema. Sua análise também não é capaz de fornecer explicações para dimensões centrais das vidas das mulheres que à primeira vista não estão diretamente relacionadas ao trabalho doméstico, mas que são fundamentais para a compreensão das relações entre homens e mulheres no capitalismo. Conforme notou Miles (1983), a questão da violência perpetrada sistematicamente por homens contra mulheres, caracterizada hoje como *violência de gênero*, foi uma questão que curiosamente não apareceu em nenhum momento desse debate, não tendo sido nem mesmo levantado pelas teóricas que se consideravam feministas. Voltaremos a essas questões nas considerações finais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem as propostas de estratégia e previsões políticas de Seccombe nem as de Coulson *et al.* se concretizaram. Claramente, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não foi condição suficiente para a libertação

das mulheres, que continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos ao mesmo tempo em que a elas são reservados os postos mais precários do mercado de trabalho. Por outro lado, a socialização de parte do trabalho doméstico através do Estado, como nas experiências de *welfare state*, não ocorreu sem contradições e é uma conquista que se vê ameaçada na medida em que a socialização dos custos da garantia desses serviços se torna uma ameaça à acumulação capitalista.

Entretanto, o resgate do debate marxista sobre o trabalho doméstico se faz relevante, passados mais de 40 anos, como parte de um necessário movimento de retorno da centralidade das questões relacionadas ao trabalho<sup>9</sup> para o movimento feminista, das quais (ao menos parte dele) se afastou significativamente em especial a partir da década de 1990. As ideias desenvolvidas pelos/as autores/as envolvidos forneceram ferramentas para a melhor compreensão do papel estrutural para a acumulação de capital de um trabalho no qual é gasto parcela considerável do tempo de quem o realiza, mas que não é intermediado diretamente pelo mercado capitalista senão através da mercadoria força de trabalho. Por essa contribuição, o texto de Wally Secombe (1974), entre outros, é referenciado ainda hoje como um clássico na literatura sobre trabalho doméstico não remunerado no capitalismo.

Conforme destacado na seção anterior, tanto Mitchell (1966) quanto Miles (1983), respectivamente antes e depois do desenvol-

9 Em tempos de crise internacional despontam indícios de que esse retorno esteja acontecendo. Um exemplo é a surpreendente organização de uma greve geral de mulheres através de uma articulação internacional do movimento feminista mobilizado em mais de 30 países no último 8 de março. Entre as pautas estavam a denúncia da superexploração do trabalho feminino pelo capital, da dupla jornada de trabalho, da diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho e pautas relacionadas à migração. Ver <<https://www.8mbrasil.com/inicio>>

vimento do debate, acusam a intelectualidade marxista de apagamento da questão feminina, ou de reducionismo econômico em seu tratamento. Ao considerar as mulheres simplesmente trabalhadoras domésticas, perde-se o fio condutor que liga os diversos mecanismos que *reforçam e atualizam* o que Coulson *et al.* consideram 'herança' pré-capitalista: a subordinação das mulheres aos homens em todos os âmbitos da vida social. O tratamento dado naquele momento à questão deixou uma série de questões em aberto sobre a relação estrutural entre opressão feminina e sistema produtivo que não parecem em vias de se resolver. O que explicaria a permanência da segmentação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a estagnação dos diferenciais salariais entre homens e mulheres em economias avançadas, após décadas de declínio<sup>10</sup>? Ou a observada correlação entre o avanço do controle social sobre os corpos e da violência contra as mulheres em momentos de crise ou de intensificação da exploração do trabalho, dinâmica que é observável ao longo de toda a história do capitalismo, em todos os lugares do planeta que o sistema logrou alcançar<sup>11</sup>?

E o que dizer do Sul global, onde a desagregação das relações sociais previamente existentes das chamadas "comunidades tradicionais", com a introdução de relações capitalistas de produção, frequentemente introduz novos mecanismos de sujeição femininas antes inexistentes<sup>12</sup>? Um olhar para a periferia do ca-

10 O exemplo dos EUA é claro: relatório anual do Institute for Women's Policy Research (2017) registra a estagnação, a partir da década de 2000, dos salários femininos no patamar de cerca de 80% dos masculinos, após décadas de crescimento sustentado do indicador no país.

11 Frequentemente promovidos pelo Estado ou pela Igreja, como mecanismo de controle da reprodução da força de trabalho. Para um estudo detalhado, ver Federici (2010).

12 Ver Federici (2013) sobre políticas aplicadas pelo Banco Mundial para a substituição de agricultu-

pitalismo – na qual, vale dizer, a figura da dona de casa em tempo integral pouco existiu fora das camadas dominantes – ajuda a apreender aspectos da complexa relação entre subordinação feminina, trabalho doméstico, exploração do trabalho das mulheres e capitalismo, a que se acrescenta ainda a dimensão racial. Por exemplo: como tratar, da situação de uma massa de mulheres trabalhadoras domésticas que, somente no Brasil, são mais de 7 milhões, em sua maioria negras e cujo salário é a principal fonte de sustento de suas famílias? Como explicar a resiliência da racialização e da feminização da ocupação e como relacionar sua relevância, em termos de ocupação da força de trabalho, com a convivência histórica do país com períodos de alto desemprego e emprego precário<sup>13</sup>?

Todas essas questões adquirem relevância intensificada no presente século, quando se leva em conta o contexto de crise prolongada e de avanço neoliberal pela intensificação da exploração do trabalho, elevação do desemprego e privatização de recursos naturais comuns, processos que guiam a atenção daqueles que buscam compreender a dinâmica do capital para a periferia do sistema. As questões pertinentes ao Sul global ganham relevância. A observação da população que constitui toda a classe de despossuídos dessa região - desempregados e subempregados urbanos, trabalhadores do campo, trabalhadores sem terra, povos tradicionais, etc. - mostra uma patente feminização e racialização da pobreza e das piores condições de vida. Como parte da investigação sobre a dinâmica contemporânea do capitalismo global, a compreensão das origens

---

ra de subsistência por monocultura para exportação em diversos países africanos, subvertendo para isso as relações previamente existentes entre homens e mulheres com a introdução do regime de propriedade privada da terra.

13 Ver Furno (2016).

e dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres soma-se a uma série de desafios teóricos e políticos que se tornam menos contornáveis a cada dia.

## REFERÊNCIAS

- BROWN, H. *Marx on gender and the family: acritical study*. Brill, 2012.
- COULSON, M.; MAGAŠ, B.; WAINWRIGHT, H. 'The Housewife and her Labour under Capitalism'-a critique. *New Left Review*, n. 89, p. 59, 1975.
- FEDERICI, S. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- \_\_\_\_\_. Mujeres, luchas por la tierra y globalización: una perspectiva internacional (2004). In: \_\_\_\_\_. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.
- FURNO, J. C.; et al. A longa abolição no Brasil: transformações recentes no trabalho doméstico. 24/02/2016. 140 fls. *Dissertação - Unicamp*. Campinas, 2016.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & antropologia*, v. 1, n. 1, p. 151, 2011.
- HIMMELWEIT, S. The discovery of "unpaid work": the social consequences of the expansion of "work". *Feminist Economics*, v. 1, n. 2, p. 1-19, 1995.
- \_\_\_\_\_. Trabalho doméstico. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH. The Gender Wage Gap: 2016. Relatório. Washington, 2017. Relatório. Disponível em <[https://iwpr.org/wp-content/uploads/2017/09/C459\\_9.11.17\\_Gender-Wage-Gap-2016-data-update.pdf](https://iwpr.org/wp-content/uploads/2017/09/C459_9.11.17_Gender-Wage-Gap-2016-data-update.pdf)>
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010.
- MILES, A. Economism and Feminism: Hidden in the Household A Comment on the Domestic Labour Debate. *Studies in Political Economy*, v. 11, n. 1, p. 197-209, 1983.
- MITCHELL, J. Women: the longest revolution. *New Left Review*, n. 40, p. 11, 1966.
- OROZCO, A. P. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Análises feministas: um outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- PATEMAN, C. *O Contrato Sexual* (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- RUBIN, G. O tráfico de mulheres. *Notas sobre a 'Economia Política' do sexo*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993
- SECCOMBE, W. The housewife and her labour under capitalism. *New Left Review*, n. 83, p. 3, 1974.
- \_\_\_\_\_. Domestic Labour: Reply to Critics (NLR 89). *New Left Review*, n. 94, p. 85, 1975.

**Artigo recebido em maio de 2017 e  
aprovado em novembro de 2017.**